



O projeto foi apresentado na Escola Secundária Afonso de Albuquerque da Guarda e rapidamente aceite com entusiasmo. Uma lista, constituída por alunos interessados no tema, ansiosos para começar, elaborou as medidas com que iria participar na sessão escolar. Essa lista seguiu caminho até à sessão distrital. Três deputados debateram intensamente durante toda a sessão distrital para garantirem um lugar na sessão nacional. Assim, a Escola Secundária

Afonso de Albuquerque iria ser representada na Assembleia da República nesta edição do Parlamento dos Jovens.

O dia 25 de maio finalmente chegara e a nossa viagem até à capital começou. Por volta das catorze horas estávamos a ser apressados para as respetivas salas das comissões. A Guarda ficou na quarta comissão, sala seis, juntamente com Açores, Beja, Coimbra, Leiria, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu, presidida pelas deputadas Rita Rato e Ana Bettencourt. O objetivo de cada comissão era aprovarem-se até 5 medidas e 3 perguntas para serem apresentadas na Sessão Plenária. O projeto de recomendação da Guarda, defendido pelos deputados José Rodrigues e Diogo Borges da Escola Secundária Afonso de Albuquerque, foi o eleito para servir de base para o projeto de recomendação da quarta comissão. Verificou-se, no decorrer da sessão, uma divergência entre os diversos círculos eleitorais, no que diz respeito a temas como a uniformização de critérios de avaliação entre os ensinos público e privado e a alteração da forma de financiamento dos colégios privados.

Enquanto decorriam as reuniões das comissões, os jornalistas foram encaminhados para uma visita guiada ao Palácio de S. Bento. Nessa mesma visita e na Sala dos Passos Perdidos, fomos informados dos procedimentos da comunicação social do dia seguinte, na sessão plenária e na conferência de imprensa.



Foi servido posteriormente um lanche no claustro onde se promoveu a interação entre alunos. Por volta das dezoito horas, Jorge Serafim, um conhecido contador de histórias, protagonizou um brilhante momento cultural na Sala do Senado. Este momento teve uma elevada componente satírica, em que o contador de histórias articulou de forma muito criativa problemas da sociedade atual recorrendo a contos populares de todo o globo.

A Sessão Plenária, que decorreu no segundo dia, iniciou-se com a abertura solene por parte do histórico político Júlio Miranda Calha, Vice-Presidente da Assembleia da República e um dos deputados eleitos há quarenta anos para a Assembleia Constituinte. Este ano comemoravam-se os vinte anos da iniciativa e, como tal, tivemos a oportunidade de utilizar a Sala das Sessões para a Sessão Plenária. Seguiu-se um período de perguntas aos deputados dos diferentes grupos

parlamentares, em que se destacam as que levantaram questões fraturantes, como a adoção por casais homossexuais ou a municipalização do ensino em Portugal.

Pergunta a Pedro Delgado, do PS, feita pelo círculo eleitoral do Porto: “Face às recentes discrepâncias entre as notas dos exames e das frequências, considera que o Ministério da Educação está a fazer um bom trabalho na fiscalização dos critérios de avaliação nas escolas públicas e privadas?”, a resposta do deputado baseou-se na importância de assegurar formas de convivência entre o público e o privado, em encontrar critérios justos e uniformes e que, para resolver a discrepância entre notas, é necessário fiscalizar.

Pergunta à deputada Diana Ferreira, do PCP, feita pelo círculo eleitoral dos Açores: “(...) A Finlândia está a preparar a maior reforma na educação de sempre, abandonando o tradicional ensino por disciplinas e implementando um ensino por tópicos. Considera que o mais recente método de ensino finlandês poderia ser aplicado em Portugal e, se sim, que repercussões acha que teria no nosso país?”, a deputada afirmou que devemos ter o nosso próprio modelo, apropriado às nossas características culturais. No seu entender, temos assistido a uma degradação do ensino na escola pública: “A educação não é um negócio, é um direito”. Acrescenta que o governo se tem preocupado em tentar resolver estes problemas.

Pergunta ao deputado José Soeiro, do BE, feita pelo círculo eleitoral de Vila Real: “Como classifica a relevância do projeto Parlamento dos Jovens, tomando em linha de conta que nenhuma das propostas resultantes do projeto apresentadas à Assembleia da República nos últimos anos foi sequer discutida em Plenário?”, o deputado considera que deveria existir um sistema semelhante ao das petições destinado às propostas do Parlamento Jovem. Convida, assim, os jovens a assinarem petições.

Pergunta à deputada Heloísa Apolónia, do PEV, feita pelo círculo eleitoral de Beja: “O que pensa sobre a municipalização do ensino?”, a deputada anunciou-se contra e explicou referindo que a municipalização do ensino poderia trazer desigualdades na obtenção do conhecimento. Apesar do peso da região de residência dos jovens, conclui que a municipalização não é a solução e que a função do Estado é adaptar e fiscalizar.



Os repórteres retiraram-se antecipadamente, enquanto a Sessão Plenária ainda decorria. À entrada da Sala das Sessões, os deputados em representação dos diferentes grupos parlamentares foram intercetados e responderam às pertinentes questões postas pelos jornalistas.

O programa incorporava uma conferência de imprensa às doze horas desse mesmo dia. Pedro Pimpão, representante do PSD, respondeu a perguntas sobre métodos educativos e o funcionamento do sistema educativo, formuladas por parte dos jovens repórteres.

Pergunta: “Cada vez mais os jovens revelam um desinteresse na política, como se combate a abstenção?”, Pedro Pimpão: “O programa Parlamento dos Jovens é bom para os jovens se integrarem na política, no entanto, é também necessário que os políticos dêem o exemplo nas suas ações. A política atual não está no seu melhor, a

democracia tem vindo a perder a capacidade de entusiasmar o povo. Os jovens devem reunir um espírito crítico no momento da votação. Combater a abstenção passa pela responsabilidade dos políticos: cumprir o que se promete e sensibilizar os jovens.”.

Pergunta: “O atual orçamento de estado permite o desenvolvimento da educação?”, o deputado sublinha que os orçamentos de estado são as “possibilidades” e os recursos são limitados.

Pergunta: “Existem diferentes sistemas educativos por toda a União Europeia, porque não adaptar um novo sistema de educação?”, o deputado do PSD revela que concorda com um sistema de educação diferente, por exemplo, impor um número de créditos a obter, mas as cadeiras a fazer serem escolhidas pelos alunos. Assim: “O ensino secundário permitiria o desenvolvimento pessoal dos jovens.”. Pensa que o sistema atual poderia ser melhorado.



Pergunta: “A política não deveria ser menos partidária?”, a resposta do deputado foi afirmativa, relembrando que por vezes se dá demasiada importância à “cor” do partido, quando se deveria distinguir apenas o bom do mau.

Após o almoço, os deputados retomaram às suas funções com o objetivo de, partindo de vinte medidas resultantes do conjunto de todas as aprovadas nas reuniões das comissões, escolher as dez que melhor representassem o intuito do projeto de recomendação que irá ser apresentado à Assembleia da República. A Guarda apresentou alguns projetos de eliminação. A votação foi renhida e o consenso difícil de se alcançar. Por fim, duas medidas da nossa quarta comissão foram aprovadas e incluídas na recomendação final.

A recomendação elaborada à Assembleia da República aprovada na Sessão Plenária de 26 de maio de 2015 incorpora, no geral, as seguintes considerações: melhorar a capacidade dos alunos para a vida profissional, ou seja, apostar mais na componente prática do ensino; incentivar os alunos a prosseguir os estudos, criando condições de estudo adaptadas às necessidades de cada aluno; diminuição do número de alunos por turma; reorganização do financiamento ao ensino privado, que deve ser reduzido em proveito do ensino público, este último que pode ser, portanto, melhorado; criação de novos métodos de acesso ao ensino superior; e maior autonomia por parte de cada escola, a nível de gestão interna.

O programa deste ano estava assim concluído e a participação da nossa escola teria sido um celebrado sucesso.

Filipa Calheiros